ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana - Planejamento compartilhado e extensão universitária na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Autores:
Clarice de Assis Libanio - UFMG - claricelibanio@gmail.com

Resumo:

O Programa Lugares de urbanidade metropolitana (Lumes) consiste na constituição de espaços – físicos e virtuais - para o planejamento compartilhado e vem sendo implementado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir das diretrizes do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Consolidando-se como programa de extensão universitária da UFMG, o programa busca envolver de maneira efetiva os moradores no planejamento das ações no território. Ademais, almeja contribuir para a geração de autonomias, a redução da disparidade na tomada de decisões, o enfrentamento da pseudoparticipação nas políticas públicas, a geração de aprendizado social, a ampliação do sentimento de pertencimento ao território e a formação da cidadania metropolitana na região.

Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana

Planejamento compartilhado e extensão universitária na Região Metropolitana de Belo Horizonte

RESUMO

O Programa Lugares de urbanidade metropolitana (Lumes) consiste na constituição de espaços – físicos e virtuais - para o planejamento compartilhado e vem sendo implementado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, a partir das diretrizes do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Consolidando-se como programa de extensão universitária da UFMG, o programa busca envolver de maneira efetiva os moradores no planejamento das ações no território. Ademais, almeja contribuir para a geração de autonomias, a redução da disparidade na tomada de decisões, o enfrentamento da pseudoparticipação nas políticas públicas, a geração de aprendizado social, a ampliação do sentimento de pertencimento ao território e a formação da cidadania metropolitana na região.

Palavras-chave: planejamento metropolitano; extensão universitária; participação comunitária; Belo Horizonte; Lugares de Urbanidade Metropolitana – Lumes; PPDI-RMBH.

INTRODUÇÃO

No contexto da urbanização planetária e da formação das metrópoles contemporâneas, as cidades apresentam um modelo centro-periferia, por definição desigual, hierárquico, excludente e segregador. Ao contrário do que se poderia supor, o crescimento urbano trouxe consigo o agravamento da pobreza e das desigualdades, incluindo violações de direitos humanos, sociais e mesmo civis.

Com o novo avanço do neoliberalismo nas últimas décadas, o poder público – não apenas no Brasil - tem sido mais do que parceiro do capital, ele mesmo agindo em benefício do mercado imobiliário e fragilizando as políticas públicas e sociais. Como agravante, vê-se o esfacelamento dos movimentos sociais históricos – tais como sindicatos e associações de moradores - e o surgimento de novos movimentos que, entretanto, não tem conseguido pelas vias político-institucionais a consideração de suas pautas.

Romper a segregação socioespacial em tais contextos significa, indubitavelmente, enfrentar a pseudoparticipação nas políticas públicas, garantindo que as populações consigam interferir nas decisões que lhes afetam diretamente. Com tal perspectiva, tem-se buscado, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Brasil, a implantação de alternativas para a participação social no planejamento metropolitano.

O artigo apresenta a experiência dos Lugares de urbanidade metropolitana (Lumes), programa proposto pela equipe da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), no contexto da elaboração do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PDDI RMBH). Além da realização de projetos-piloto em cinco cidades e do acompanhamento do processo de revisão dos Planos Diretores Municipais em 11 cidades da região, o Programa introduziu ações de extensão e participação dos alunos da universidade no planejamento metropolitano.

Os Lumes foram pensados como espaços – físicos e virtuais – dedicados ao delineamento de propostas compartilhadas para o planejamento metropolitano. Assumem formatos e dimensões variados, de acordo com o perfil de cada território, suas demandas, parceiros potenciais e processos construção das intervenções.

Em sua concepção original seriam formados por uma dimensão física/presencial e uma dimensão virtual, com ações que estimulam o efetivo envolvimento das comunidades nas políticas públicas, a construção do sentido de cidadania metropolitana, a integração dos saberes técnico-científico e popular-cotidiano, a geração de autonomia e redução da disparidade na tomada de decisões e, por fim, o enfrentamento da desigualdade e da segregação na metrópole.

O presente texto está estruturado em três partes, ademais desta Introdução. Na primeira busca-se apresentar brevemente e discutir o contexto social das metrópoles contemporâneas, bem como refletir sobre os processos de segregação socioespacial e de fragilização dos direitos dos cidadãos nas grandes cidades, entre eles e principalmente o direito à tomada de decisões.

Na segunda parte apresenta-se a experiência do Programa Lumes – e seus projetos – buscando refletir sobre as possibilidades de incidência efetiva dos moradores da RMBH nas políticas públicas, indicando, ademais, as possíveis relações do planejamento metropolitano com o ensino e a extensão universitária.

Por fim, a terceira e última parte tenta apresentar algumas conclusões sobre a prática atualmente em execução e propor caminhos e ações futuras rumo à consolidação da cidadania metropolitana, em suas diversas dimensões, através do planejamento compartilhado e das práticas extensionistas na Universidade.

URBANIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E DIREITO À CIDADE

A temática do desenvolvimento regional integrado insere-se no contexto das discussões empreendidas por vários autores a partir de meados dos anos de 1960, quando a questão urbana se impôs de maneira decisiva no mundo e no Brasil.

Tal relevância, entre outros fatores, tem como fundamento a nova configuração mundial (produtiva, territorial, de fluxos, etc.) que, em pouco mais de meio século transformou o planeta em um ambiente majoritariamente urbano. Se em 1960 eram 34% da população mundial vivendo em áreas urbanas, em 2014 esse percentual chegou aos 54% (Nações Unidas, 2014).

Em termos absolutos, registrou-se um incremento de população urbana no mundo de mais de cinco vezes, passando-se de 746 mil pessoas em 1950 para 3,9 bilhões em 2014. Hoje mais de 73% dos europeus e 79% dos latino-americanos estão concentrados em cidades, percentual este que ultrapassa os 85% no Brasil. Tal processo mostra-se crescente, com projeções de 66% da população mundial vivendo em zonas urbanas em 2050 (91% no caso Brasileiro).

A partir desse quadro, "agora que somos todos urbanos" (FORTUNA, 2009: 84), a temática da urbanização e das políticas para e nas cidades se impõe de maneira inequívoca, exigindo-se que sejam repensadas as práticas e conceitos de gestão e intervenção nesses territórios, cada vez mais urbanizados e fragmentados.

Lefebvre (2001), ao analisar a cidade que se impunha na década de 1960, afirmava que a industrialização foi o principal processo que rompeu com o modelo e mesmo a estrutura das cidades até então existentes, baseadas nas noções de comunidade e usufruto do espaço público. Para o autor, com a cidade industrial se instaura o chamado tecido urbano, marcando um ponto crítico na história das cidades. Aí se verifica um duplo processo de explosão (espraiamento, expansão do tecido urbano) e implosão da cidade (das centralidades e de seu núcleo), com a "sociedade urbana se constituindo sobre as ruínas da cidade" (LEFEBVRE, 2001, p. 81).

Tal processo se intensifica no século XXI com tal velocidade e intensidade que uma nova forma urbana domina o cenário mundial: as metrópoles. Monte-Mór (2006) denomina este processo de urbanização extensiva, e aponta que

> o campo se urbanizou rapidamente à medida que as condições de produção urbano-industriais, antes restritas às cidades, se estenderam para além dos limites legais do espaço urbano e ganharam a dimensão regional e mesmo nacional. Ao fazê-lo, o tecido urbano no qual essas condições se apoiavam carregou consigo o germe da *polis*, da *civitas*, dando origem ao processo que chamei, em outros trabalhos, de

> *urbanização extensiva* (Monte-Mór, 1994; 2003; 2004). (MONTE-MÓR, 2006, p. 17).

Para além da extensão do tecido urbano sobre os territórios antes considerados rurais, o crescimento das cidades trouxe consigo o crescimento da pobreza e das desigualdades socioespaciais intraurbanas, gerando quadros graves de violação de direitos humanos, sociais e mesmo civis. As próprias políticas de incremento do consumo e de aceleração do crescimento (desordenado) têm trazido graves crises urbanas, relacionadas à mobilidade, à poluição ambiental, à ampliação da segregação, aumento da violência e riscos associados às mudanças climáticas.

Tais disparidades se tornam mais relevantes nas grandes metrópoles e regiões metropolitanas, como é o caso da RMBH, uma vez que nesses locais a expansão do tecido urbano e os processos de periferização da moradia agravam as desigualdades de acesso à vida urbana plena, condicionadas também pela mobilidade socioespacial. Em tais territórios as desigualdades nos indicadores são distribuídas de maneira diretamente proporcional à segregação espacial e territorial, como antes mencionado.

É na perspectiva de enfrentamento de problemática tão complexa que vem sendo proposta, nos últimos anos, uma visão integrada dos direitos (civis, humanos, sociais) no conceito ampliado de Direito à Cidade, resgatando-se os termos de Lefebvre (2001) e adaptando-os para o novo contexto das cidades contemporâneas, baseadas em sua maior nas atividades terciárias e interconectadas mundialmente pelas diversas redes e fluxos – de comunicação, capitais, informação, etc.

O chamado Direito à Cidade seria composto por uma série de outros direitos - múltiplos, explícitos ou velados, formalizados ou simplesmente vividos no cotidiano – e sintetiza o direito à cidadania, à participação política, à festa e à cultura, ao poder e à riqueza coletiva. Ademais, a reafirmação do direito à cidade surge como tão mais relevante quanto maiores são as desigualdades das condições de vida e de acesso aos bens e serviços disponíveis no espaço urbano, mas não se resume a isto, uma vez que as populações pobres e concentradas nas periferias – e nas favelas – são excluídas da cidadania, da festa, do poder e da riqueza coletiva.

Pensar o direito à cidade como efetiva realização do urbano necessariamente passa pelo rompimento da segregação socioespacial e a redução das desigualdades em pelo menos seis dimensões (LIBÂNIO, 2014): 1) econômica (emprego, renda, consumo e reprodução da vida); 2) espacial / territorial (serviços urbanos, infraestrutura, localização da moradia, deslocamentos pela cidade e condições de habitabilidade em geral); 3) política (direitos de cidadania, capacidade dos indivíduos de influenciar decisões que lhes afetam e de construir as formas de viver coletivamente; participação efetiva e não apenas formal das nas esferas decisórias); 4) simbólica (identidade, identificação, afeto, convivência, aceitação e pertencimento do indivíduo a determinado grupo ou território; barreiras simbólicas, formas de apropriação do espaço e possibilidade de uma efetiva vida coletiva na cidade); 5) relacional (informação e formação de redes - individuais, pessoais, sociais, informacionais, diversas - para a alteração das relações sociais e de poder na cidade); e, por fim, 6) cultural

(educação, informação, fruição, produção cultural e acesso ao bem comum do conhecimento).

Mais que deter-se na conceituação teórica ou construção de um projeto de cidade ideal, faz-se importante pensar, em termos práticos, como avançar em busca da garantia do direito à cidade e do enfrentamento da segregação socioespacial nas metrópoles contemporâneas. Em paralelo ao entendimento das lutas e conquistas dos movimentos sociais é primordial pensar também a ação do Estado e o papel do planejamento urbano e regional na efetivação do direito à cidade. Nesse sentido, deve-se considerar que as políticas públicas também podem ser transformadoras e emancipatórias, cumprindo seu papel na redução das desigualdades, na ampliação da justiça social e na emancipação dos indivíduos nas metrópoles brasileiras.

A EXPERIÊNCIA DOS LUMES E O PLANEJAMENTO NA RMBH

Mas será que o Estado tem dado sua contribuição para a superação da segregação socioespacial nas metrópoles contemporâneas? E qual tem sido o papel dos instrumentos do planejamento urbano e dos planejadores públicos nesse processo?

> Para Vainer (2001), um governo local que, de fato, inclua a participação cidadã e a garantia de direitos em sua atuação, e que seja comprometido com os grupos subalternos, deve ter três objetivos centrais: a) a redução das desigualdades e melhoria das condições materiais e imateriais dos explorados; b) a constituição de sujeitos políticos coletivos, através da organização e luta popular; e c) a desmontagem dos mecanismos tradicionais de poder, tais como o clientelismo, a corrupção, a troca de favores e a privatização dos recursos públicos. (LIBÂNIO, 2016, p. 779)

Nas últimas décadas a legislação brasileira tem avançado, incorporando as pautas e lutas dos movimentos sociais, em especial no que é relativo à luta pelo direito à moradia e pela ampliação do controle social e da participação na tomada de decisões. Nesse escopo cita-se não apenas os avanços obtidos na Constituição Federal (1988) – a Constituição Cidadã – mas também no Estatuto das Cidades (2001) e no recentemente aprovado Estatuto da Metrópole (2015).

Além dos instrumentos da política urbana, tais estatutos garantem as instâncias de participação e caminham em direção a uma visão do direito à cidade (para além do direito à moradia) e da redução das desigualdades socioespaciais. No Brasil, entretanto, vê-se que a participação da população nos rumos das políticas públicas – condição essencial para a efetivação do direito à cidade – tem aparecido como discurso em várias esferas – especialmente nos discursos dos poderes públicos - sem que signifique verdadeiramente um caminho rumo à emancipação do cidadão como sujeito de direitos. Para além dos discursos

e das legislações, na prática o que se vê, em grande parte dos casos, é a utilização das ferramentas do planejamento público como instrumentos de exclusão e manutenção da segregação.

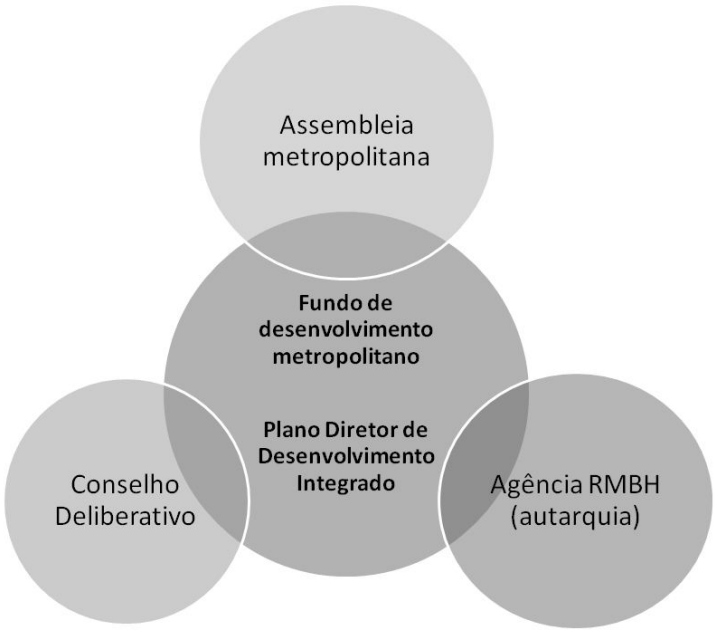
Assim, independente das conquistas das últimas décadas, poder-se-ia afirmar que a dimensão política do direito à cidade não tem sido garantida, no caso brasileiro, pela democracia representativa - e sua modalidade participativa1. Muitas vezes, ao invés de avanços, tem havido inflexão na incidência popular nas políticas públicas. Ao mesmo tempo, à fragilidade do direito "concedido" corresponde a ampliação do direito "tomado", através da constituição de novas formas de emancipação e ativismo.

É dentro deste contexto que se busca encontrar novos caminhos para a transformação das relações desiguais nas cidades. No caso metropolitano, onde não há uma unidade político-administrativa e as desigualdades intrarregionais são flagrantes, é fundamental criar mecanismos e oportunidades para "assegurar a representação dos interesses daqueles com menos vantagens no seu posicionamento na região metropolitana, ao mesmo tempo em que se oferece oportunidade de participação genuína nas políticas metropolitanas" (SOSA, 2017, p. 6).

Em Minas Gerais a governança metropolitana baseia-se atualmente em um arranjo institucional para a gestão e o planejamento composto por três órgãos, conforme expresso na Figura 1. São eles: a Assembleia Metropolitana - responsável pela definição das macrodiretrizes e interposição de recursos às decisões do Conselho; o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano – que decide sobre os assuntos relacionados ao Plano e ao Fundo Metropolitano (instrumentos do arranjo destinados ao planejamento e ao suporte financeiro, respectivamente), bem como às Funções Públicas de Interesse Comum; e a Agência de Desenvolvimento Metropolitano, órgão com função executiva e de suporte técnico e apoio aos municípios.

[1] Entre outros fatores, viu-se a fragilização dos espaços de participação – mesmo antes do abalo democrático dado pelo impeachment da presidente Dilma Roussef e sucessivas ações impetradas pelo seu sucessor para retirada de direitos constitucionais da população – registrando-se, entre outros processos, a falta de diálogo e respeito às demandas dos moradores; as práticas meramente consultivas ou assembleistas, sem qualquer incorporação das demandas da população sobre a temática em pauta ou real poder de decisão; e a institucionalização da participação nos Conselhos de políticas públicas, esvaziados e com uma série de problemas estruturais e de representatividade (ver Avritzer, 2010).

Figura 1: Arranjo Institucional Metropolitano - RMBH



Fonte: Baseado em material disponível no site da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2017.

Entre 2009 e 2011 foi elaborado o PDDI RMBH2. Como desdobramento, entre 2013 e 2015 foi desenvolvido o projeto de Macrozoneamento Metropolitano – MZ RMBH, um dos programas previsto nas 28 políticas do PDDI. Este Programa propôs definir, de acordo com o potencial, características e recursos de cada território, sua vocação e prioridades em um arranjo metropolitano. De fato tanto o Plano quanto o Macrozoneamento são instrumentos para que o governo – em seus vários níveis - possa planejar a área metropolitana de forma articulada e sustentável.

Cabe destacar que a RMBH é a terceira maior do Brasil, contando com 34 municípios3 e cinco milhões de habitantes (26% da população do estado), 24% do eleitorado e 40% do Produto Interno Bruto de Minas Gerais.

No contexto dos projetos antes citados iniciou-se a implantação dos Lumes, como forma de "organizar e difundir informações e conhecimentos produzidos na implementação do Plano Metropolitano, sobre os programas e projetos em andamento e sobre as

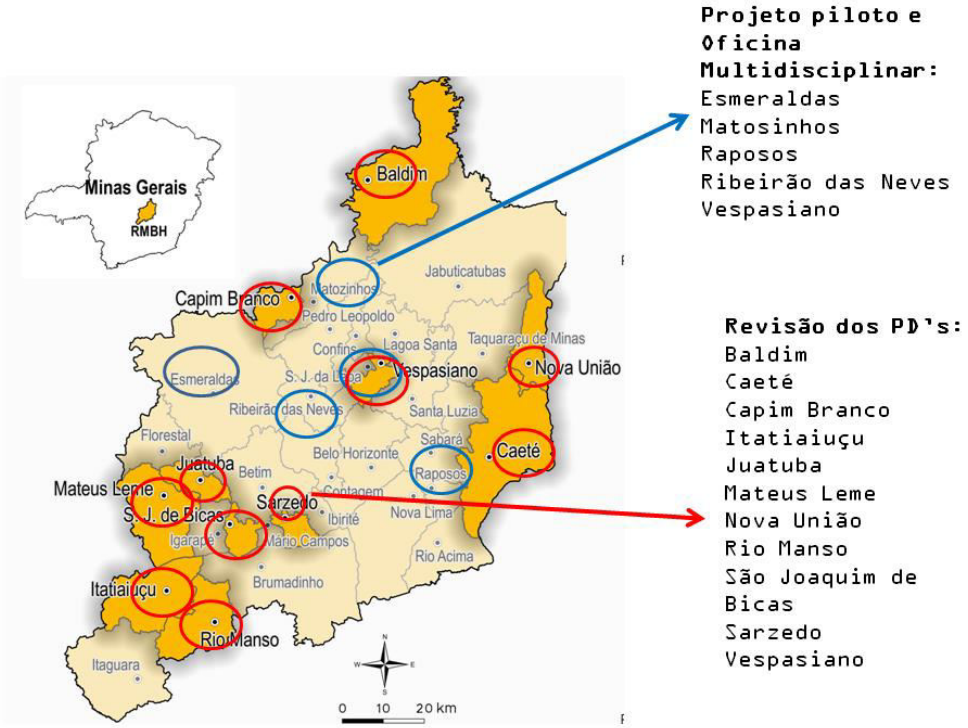
[2] O Programa foi contratado pelo Governo do Estado e desenvolvido pelo Cedeplar / UFMG, com participação de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, da PUC Minas e da Universidade Estadual de Minas Gerais, coordenado pelo professor Roberto Luis Melo Monte-Mór.

[3] São eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

prioridades em discussão, para garantir a participação e integração, no sistema de planejamento, dos diferentes agentes metropolitanos".

A Figura 2 traz o mapa da RMBH, realçando os municípios envolvidos até o momento no Programa dos Lumes.

Figura 2: Mapa da RMBH e territórios abrangidos pelas ações dos Lumes



Fonte: Programa Lumes, elaboração própria, 2017.

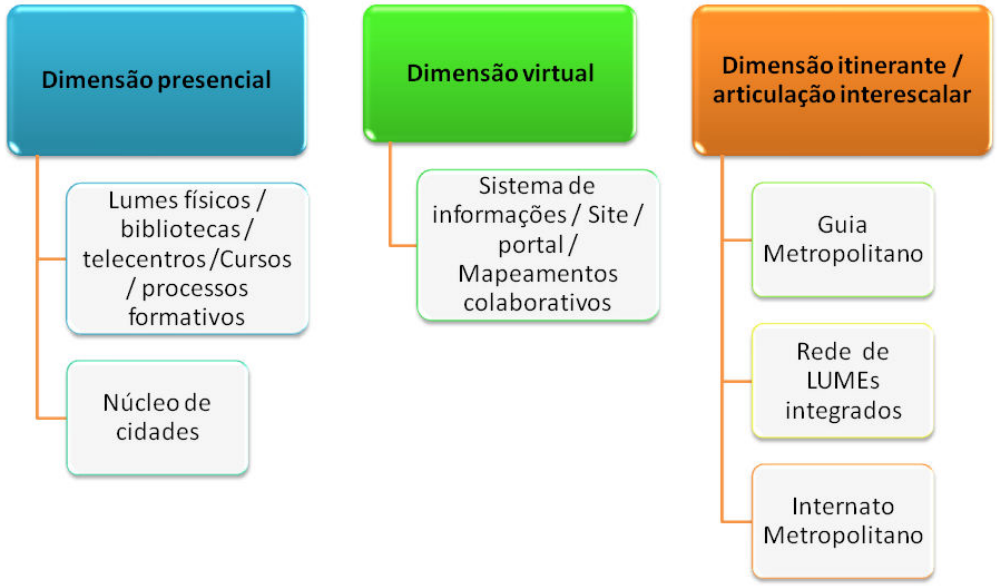
O programa atua transcendendo os limites municipais e articulando as várias escalas de poder no território, visando, ao final, aprofundar os mecanismos e processos de participação, integração, cooperação e articulação supramunicipal e romper os processos de pseudoparticipação4 no planejamento metropolitano. Busca contribuir para o incremento do planejamento metropolitano, com ações de democratização da informação, fortalecimento institucional, ampliação da participação cidadã na gestão do território e consolidação das ações de pesquisa e extensão dentro da UFMG.

[4] Adota-se aqui o conceito utilizado por Souza (2010) a partir de Arnstein (1969), que considera vários graus de abertura do Estado para a participação popular, quais sejam: a não-participação – onde o Estado oprime ou manipula os cidadãos –; a pseudoparticipação, relativa às modalidades de ação pública através de informação, consulta ao cidadão ou cooptação, sem a real capacidade de influência na tomada de decisões-; e a participação autêntica – através dos mecanismos de parceria, delegação de poder e, em seu maior grau, autogestão e autonomia dos cidadãos na deliberação, proposição e realização de ações de interesse coletivo.

Também realçam, entre outros, os objetivos de: a) contribuir para o delineamento e disseminação de um sentido de identidade e cidadania metropolitana, superando uma visão puramente municipalista da vida cotidiana desses territórios; b) promover o intercâmbio de informações, diálogo e cooperação entre os agentes metropolitanos; c) fortalecer a governança metropolitana e a articulação entre seus diversos agentes: Governo do Estado, municípios, universidades e sociedade civil, sob coordenação da Agência de Desenvolvimento Metropolitano; d) contribuir para a construção da autonomia e da emancipação social; e) formar alunos da UFMG na temática interdisciplinar do planejamento metropolitano; e f) trazer a linguagem do planejamento para o cotidiano dos cidadãos, contribuindo para uma maior incidência popular na tomada de decisões.

Os Lumes procuram se estruturar e atuar em três dimensões e em seis programas integrados, apresentados na Figura 3. Os diversos projetos – em processo constante de delineamento e experimentação com os diversos atores envolvidos no planejamento metropolitano - caminham em paralelo, cada qual com seus objetivos específicos e ações correspondentes.

Figura 3: Desenho e funcionamento dos Lumes



Fonte: Programa Lumes, elaboração própria, 2016.

A primeira dimensão é a presencial / física, com a instalação de espaços nos municípios para consulta e alimentação do banco de dados, encontro e discussão com as comunidades. Uma segunda dimensão, virtual, é o Sistema de Informações, com lançamento dos dados no portal e construção de mapas colaborativos para consulta ampliada. Por fim, há uma terceira dimensão, de itinerância e articulação interescalar, incluindo os

mapeamentos para o Guia Metropolitano e a realização de cursos, processos formativos e oficinas para o fortalecimento institucional, a formação em planejamento metropolitano, e a disseminação das metodologias e experiências para os municípios da RMBH. Perpassando todas estas dimensões está a vinculação ensino, pesquisa e extensão, consubstanciada na implantação do Internato Metropolitano e as disciplinas extensionistas.

Desde o início do programa foram realizados alguns projetos em caráter piloto, com o objetivo de testar metodologias de ação e formar redes de parceiros no território (ver ao final do artigo a **Linha do tempo** do programa). Como bem realça Sosa (2017), não existe um modelo único para os Lumes, sendo cada qual formatado e desenvolvido de acordo com o contexto, as demandas da comunidade e as parcerias com os agentes sociais dos territórios, em processos de troca e aprendizado mútuos, planejamento compartilhado e incorporação do "conhecimento local na construção de políticas metropolitanas" (SOSA, 2017, p. 16).

São adotados mecanismos variados que possam contribuir para a geração de conhecimento e propostas de ação *bottom-up*, compartilhamento de informação e troca de saberes com a população e envolvimento das comunidades nas tomadas de decisão sobre seu território. Em geral, são realizadas ações que abarcam pesquisas de campo – envolvendo alunos e bolsistas da universidade e moradores das comunidades; produção de materiais informativos; realização de cursos, oficinas e processos formativos com a população e lideranças; encontros e visitas para troca de experiências; difusão da informação e mobilização comunitária; realização de audiências públicas e ações coletivas, entre outras.

Não sendo possível descrever no âmbito do presente artigo todas as ações já desenvolvidas, optou-se por passar rapidamente por duas delas para exemplificar os caminhos trilhados na busca do fortalecimento e concretização da prática do planejamento compartilhado na RMBH e, ao final, focar na experiência da extensão universitária como a ação de maior durabilidade e consistência no âmbito do Programa.

Mapa da identidade cultural e Guia metropolitano

Uma das principais linhas de ação do Programa desde 2014 tem sido no campo da pesquisa social e cultural, entendendo a importância da construção compartilhada da informação para as práticas de planejamento no território e para a identificação e formação da cidadania metropolitana.

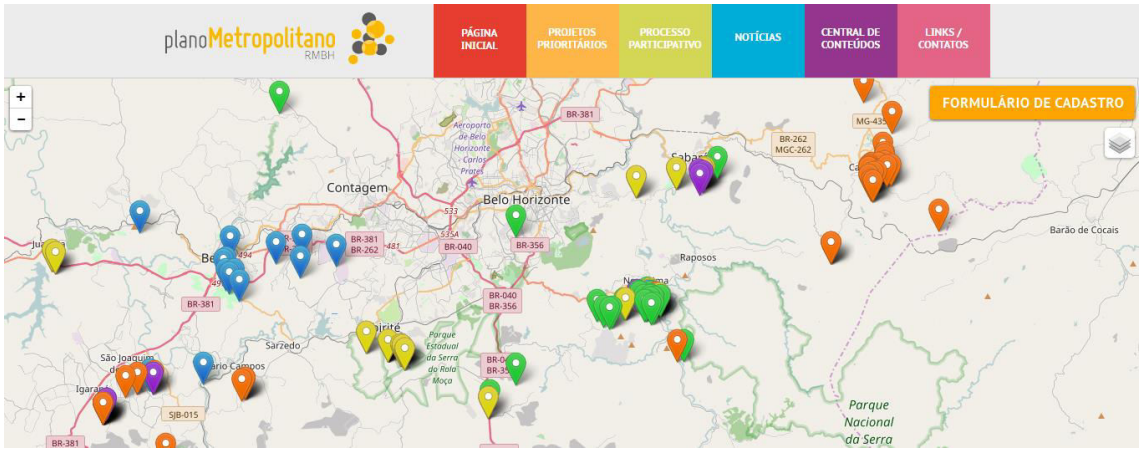
Nesse sentido tem sido realizado o Mapeamento da identidade cultural da RMBH, através de levantamento de dados em campo e *on line*. Na fase de campo foram aplicados questionários e entrevistas semiestruturadas5 com gestores das secretarias municipais de cultura, esportes, lazer, turismo, educação e desenvolvimento social, principalmente. Durante tal trabalho foram mapeadas entidades, organizações sociais e associações

[5] Na primeira etapa do trabalho de campo foram entrevistados 85 gestores e lideranças; mapeados 926 equipamentos públicos, entidades e projetos nos municípios, além de mais de 120 festas, 113 grupos artísticos e 224 artistas individuais, em variadas modalidades artísticas.

atuantes; equipamentos e serviços existentes no município; lideranças, conselhos municipais; projetos e programas em desenvolvimento; calendário de festas locais e cadastro de grupos e artistas; além de coletados diagnósticos, estudos, teses e planos municipais. Ainda na fase de campo foram escolhidos dois territórios para aprofundamento das pesquisas da identidade cultural: o bairro Santa Martinha, em Ribeirão das Neves e o bairro Santa Clara, em Vespasiano.

Tais dados foram georreferenciados, nos casos possíveis, e geraram um mapa colaborativo, disponível no site do projeto (ver http://www.rmbh.org.br/mapa.php e Figura 4). A partir dessas pesquisas, foi também elaborada uma matriz de análise do perfil dos municípios da RMBH, que conta com três pilares: Cultura e Patrimônio Histórico; Cultura e Turismo; e Organização Social, Esporte e Lazer, contribuindo para compreender e traçar o perfil de formação histórica e principalmente a identidade cultural da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ver Santos Soares *et alii*, 2015).

Figura 4: Mapa interativo da identidade cultural da RMBH



Fonte: Site do Plano metropolitano – rmbh.org.br, 2017.

Outra ação relacionada é o Guia Metropolitano que visa mapear, conhecer e disseminar as rotas culturais, ambientais e turísticas, mas também, e principalmente, os pontos de urbanidade e de interesse metropolitano no território da RMBH. O Guia também pretende difundir a proposta das zonas e usos definidos no projeto MZ em linguagem acessível para os cidadãos. Ao final, tem a pretensão de contribuir para a formação de um sentimento de pertencimento / identificação do morador da RMBH com seu território e, portanto, para a formação da noção de cidadania metropolitana. Como ações futuras estão a continuidade do mapeamento *on line* e da pesquisa de campo para o Guia Metropolitano, bem como sua publicação virtual e em meio físico.

Revisão dos Planos Diretores Municipais

É fundamental destacar a participação dos Lumes em outro projeto desenvolvido pela UFMG, através do IPEAD, que é a Revisão dos Planos Diretores Municipais e sua compatibilização com o PDDI. Tal projeto, contratato pela Agência Metropolitana e realizado inicialmente em 11 cidades6 da região, mostrou-se uma oportunidade privilegiada para o exercício da participação no planejamento territorial.

Para garantir e ampliar a participação dos cidadãos na revisão do plano diretor foram implantados diversos mecanismos de envolvimento e discussão coletiva. Entre eles realçam, para além das tradicionais audiências comunitárias, a formação de um Grupo de Acompanhamento municipal – paritário entre sociedade civil organizada e governo municipal, executivo e legislativo -, com reuniões semanais; e a implantação do Espaço Plano Diretor, um espaço – físico e virtual – onde os cidadãos podem buscar informações e dar sua opinião e sugestões sobre as prioridades e necessidades de seu município.

Considerado um projeto prioritário, envolveu a equipe dos Lumes e bolsistas em diversas atividades, especialmente no suporte e monitoramento dos Grupos de Acompanhamento e suas ações de mobilização comunitária para o planejamento compartilhado. Além disso, os alunos elaboraram uma cartilha para esclarecer sobre o processo e as possibilidades de participação da população, em linguagem descomplicada.

Em suma, o processo de revisão participativa dos Planos diretores mostrou frutos muito positivos especialmente ligados: a) à apropriação e replicação em outros territórios das técnicas e métodos de planejamento pelas comunidades (mapas colaborativos, diagnósticos participativos, planos de ação, etc.); b) à troca de saberes e informações entre moradores e lideranças dos municípios participantes e a equipe da Universidade e do Governo do Estado, em especial nas oficinas de leitura comunitária e proposição coletiva de diretrizes de ação; c) à ampliação do número de pessoas presentes nos encontros nos municípios e na UFMG, da participação e do envolvimento com as ações dos Lumes; d) ao reconhecimento da importância do planejamento compartilhado nos municípios, que se traduz em aumento da própria demanda por ações coletivas nos territórios, por parte dos membros do grupo de acompanhamento municipal; entre outros.

Por outro lado, teve que se deparar com desafios ligados às dinâmicas locais de poder e interesses, às dificuldades de mobilização e participação da comunidade e à própria falta de recursos específicos para o Programa dentro da estrutura da Universidade.

[6] São elas: Baldim, Caeté, Capim Branco, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Nova União, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo e Vespasiano.

Extensão universitária e o Internato metropolitano

Por fim, detalha-se agora a terceira linha de ação do programa, diretamente ligada à extensão universitária. Ao se construir uma linha do tempo do Programa, a atividade extensionista é a que mostra maior consistência e continuidade. De acordo com sistematização proposta por Grossi, Cruz e Nassif (2018), entre 2016 e 2018 foram 128 alunos de graduação envolvidos, metade dos quais do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG.

Buscando integrar a prática do planejamento metropolitano com a formação dos alunos da Universidade, foi constituída pela equipe dos Lumes uma disciplina em formato de oficina multidisciplinar, com carga horária dividida entre conteúdos teóricos e ação prática. O objetivo final é criar um Internato Metropolitano, integrando ensino, pesquisa e extensão e envolvendo várias unidades da UFMG na oferta de cursos, estágios e pesquisas em temas ligados à cidadania metropolitana, planejamento urbano participativo, governança e desenvolvimento regional integrado.

Nove turmas já foram ofertadas, estando mais duas já ofertadas para o próximo semestre (1/2019). Atualmente as disciplinas têm sido ofertadas em duas unidades da UFMG: Faculdade de Ciências Econômicas e Escola de Arquitetura e Design, mas acolhem alunos de todos os cursos da Universidade.

A formação inicia-se com uma abordagem teórica, quando os alunos aprendem sobre os conceitos de urbanidade, planejamento participativo, arranjo metropolitano e a história do planejamento na Região. Em seguida são realizados seminários com os envolvidos no PDDI e MZ, bem como iniciados diálogos com os parceiros de cada cidade. Por fim, os alunos realizam pesquisas de campo, ações de planejamento compartilhado e intervenção urbana junto com os moradores e instituições de cada território.

A Figura 5 traz algumas imagens das ações realizadas em campo pelos alunos e parceiros.

Figura 5: Ações de extensão do Internato Metropolitano

Fonte: Programa Lumes, elaboração própria, 2017.

Além dos alunos de graduação, oriundos de mais de 17 cursos diferentes, também se envolveram alunos de Mestrado e Doutorado. Em todo este processo, foram também produzidos e apresentados vários artigos pelos professores e pelos alunos, além de outros materiais de destaque, entre os quais: cartilha participativa Planos Diretores, Guia metropolitano, Mapa colaborativo da identidade cultural, cartilha de acesso à universidade, entre outros formatados especificamente a partir das demandas das comunidades envolvidas nas ações de extensão.

Em 2018 se fortaleceu a parceria com a ONG Favela é Isso Aí, que está desenvolvendo o projeto Núcleo de Cidades – voltado para a prática do planejamento compartilhado junto a alunos de escolas públicas, criando na base do aprendizado um olhar coletivo para o território da vida cotidiana do cidadão em formação –, financiado pelo Fundo Socioambiental Caixa / Casa Cidades; além de viabilizar a impressão de uma primeira versão do Guia Metropolitano, ferramenta fundamental para o (re)conhecimento do território e a formação do sentimento de pertencimento e de identidade metropolitana na RMBH.

Já com quatro projetos de extensão (PROEX) aprovados e desenvolvidos, e/ou em desenvolvimento, pode-se afirmar que a prática extensionista tem trazido significativos benefícios para os alunos envolvidos, bem como para as comunidades parceiras. Os alunos tiveram um grande envolvimento, em geral, e relataram quão importantes foi a prática e o contato com as comunidades locais. As comunidades e parceiros dos variados projetos socioculturais atendidos – localizados em 17 municípios da RMBH – vislumbram a possibilidade de contar com os alunos e professores no reforço a suas causas e demandas, não apenas através do trabalho despendido, mas também no apoio institucional e social.

Por outro lado, a proposta tem o desafio de constituir uma forma efetiva e eficiente de imersão dos alunos junto aos parceiros, para que se possa garantir uma maior presença nas comunidades trabalhadas e, com isso, uma visão mais próxima das realidades locais, suas demandas e possibilidades de ação compartilhada. Até o momento esta imersão tem se dado apenas no município de Raposos, mas a perspectiva é que, a médio prazo, esta seja uma rotina para todos os alunos, em todos os municípios parceiros das disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: JANELAS PARA O FUTURO?

Como se viu ao longo deste artigo, as conclusões ou análises efetivas a respeito do impacto dos Lumes na efetivação da participação no planejamento metropolitano são preliminares, visto que o programa está em processo, extremamente promissor, mas ainda embrionário. Nos últimos anos vem realizando seus projetos piloto, mas ainda não pode ser considerado como uma ação consolidada e uma prática cotidiana no planejamento territorial da RMBH.

Entretanto, é impossível não perceber que suas ações apontam para muitas janelas de possibilidades e trazem indubitavelmente uma perspectiva de efetiva participação dos alunos, em parceria com os moradores da região, na construção compartilhada das políticas

metropolitanas. Desde o início o programa mostrou que é possível envolver os cidadãos na prática do planejamento e que as pessoas se interessam – de fato - e se empolgam quando são chamadas a fazer juntas e a refletir sobre sua realidade para além da simples sobrevivência cotidiana. Nesse mesmo sentido Sosa (2017) aponta que

> A importância de políticas como a dos Lumes é a de permitir a participação na escala do "espaço vivido" e a aproximação do planejamento com os cidadãos, o que garante uma melhor participação cidadã e consequentemente uma melhor qualidade da democracia, sendo uma escala de disputa na qual o cidadão pode se envolver de forma ativa na tomada de decisões, incentivando o fortalecimento de uma democracia metropolitana (...). (SOSA, 2017, p. 17).

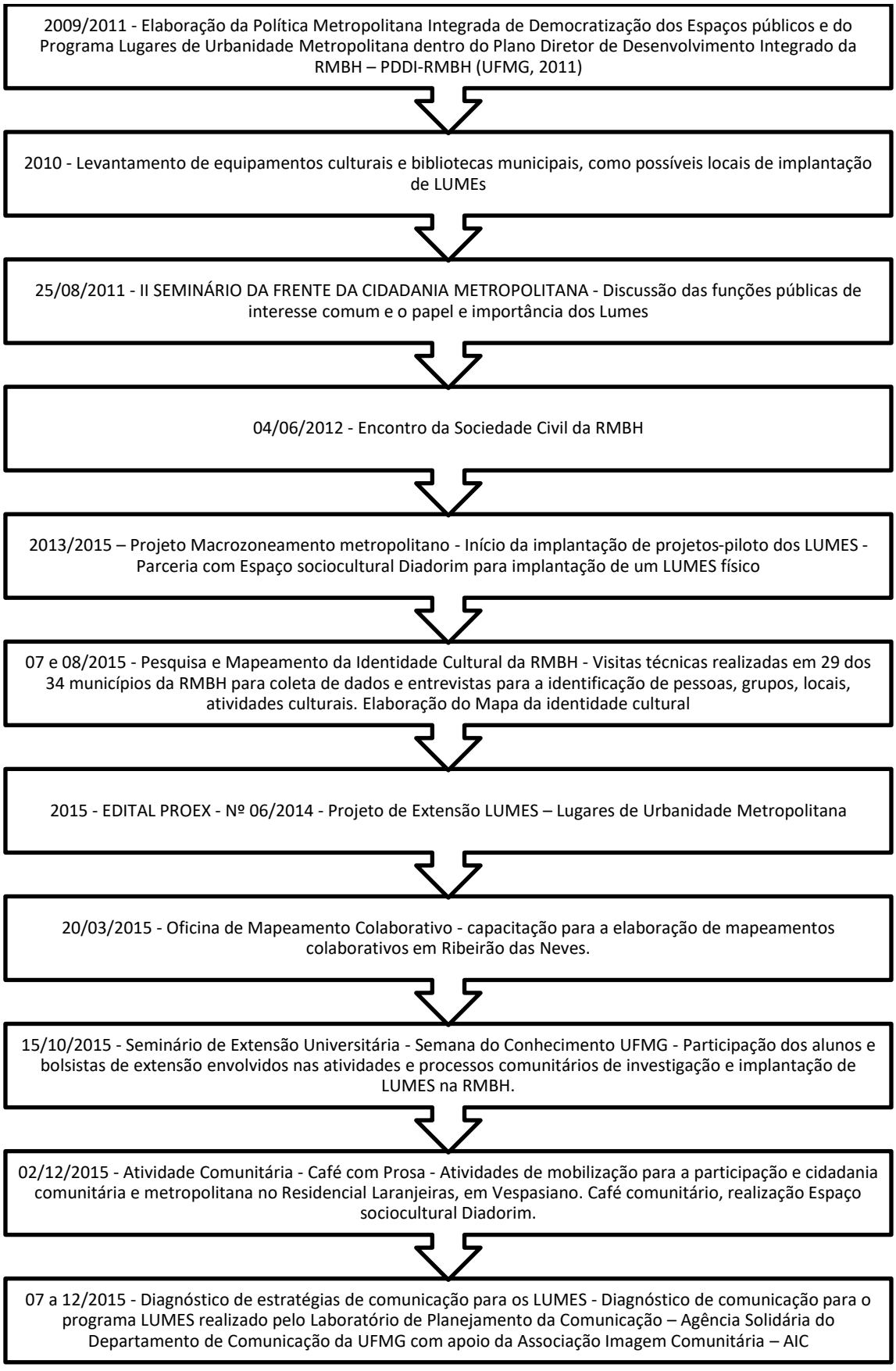
Em suma, é fundamental entender que, ainda preliminarmente, são vários os resultados do Programa, ou suas contribuições e avanços, especialmente no sentido de: a) ampliar a voz dos sujeitos / cidadãos na tomada de decisões sobre o espaço metropolitano; b) fomentar a prática da discussão da política pública nos municípios, através das vivências e experiências concretas de planejamento; c) provocar o sentimento de pertencimento ao território metropolitano, numa visão para além do município; d) contribuir para a criação de uma cultura de participação na RMBH; e) aproximar a estrutura da governança metropolitana do cotidiano dos municípios e dos cidadãos; e f) formar os alunos da UFMG na temática do planejamento metropolitano e na prática da construção compartilhada de programas e projetos no território.

Fica ainda como desafio garantir que tais práticas sejam contínuas e ampliem sua capilaridade, seu escopo e abrangência territorial e, portanto, seus resultados e impactos ao longo do tempo. Como um Programa sem financiamento próprio, que hoje depende de recursos e bolsas advindos de outros programas da UFMG, tem tido muitas limitações que precisam ser superadas para a consolidação das metodologias já testadas – e que mostraram sua eficácia nos projetos piloto.

Por fim, espera-se que no futuro da nossa metrópole os processos de planejamento possam contribuir para ampliar o direito à cidade, enfrentar e romper a pseudoparticipação dos cidadãos nas políticas públicas, através da incorporação dos processos de produção coletiva de conhecimento, colaboração e integração intrarregional, criando assim uma rede de metropolitana formada pelos vários agentes que atuam nesse território tão plural.

Os Lumes são uma pequena parte deste esforço, apenas iniciado, mas com grandes promessas para o futuro.

Linha do tempo Programa Lumes



14/07/2015 - Atividade Comunitária – visita ao pomar das indústrias-Visita técnica e debate de questões intermunicipais e metropolitanas – troca de experiências do grupo da biblioteca Diadorim, Vespasiano, com o grupo do Pomar do Bairro das Indústrias

11/2015 a 05/2016 - Mapeamentos da Cultura a Associativismo em Ribeirão das Neves -Entrevistas realizadas com 100 pessoas no bairro Santa Martinha e 50 pessoas no bairro Justinópolis, em Ribeirão das Neves, para a identificação e mapeamento de atividades culturais e iniciativas de associativismo e cooperativismo.

09 a 12/2015 - Mapeamentos da Cultura e Associativismo em Vespasiano - Entrevistas realizadas com 15 pessoas no bairro Santa Clara, em Vespasiano, para a identificação e mapeamento de atividades culturais e iniciativas de associativismo;

14/03/2015 - Oficina de Projetos Sociais e Culturais – Modulo 01-Capacitação para a elaboração de projetos – Espaço Diadorim, Vespasiano

27/06/2015 - Seminário sobre Mobilidade Urbana na RMBH

24/10/2015 - Oficina de Projetos Sociais e Culturais – Módulo 02-Capacitação para a elaboração de projetos – Espaço Diadorim, Vespasiano

12/2015 a 03/2016 - Guia Metropolitano-Projeto piloto em Jaboticatubas, Capim Branco, Lagoa Santa, Vespasiano, Pedro Leopoldo e Nova Lima - Levantamento de dados em três ZIMs, 50 entrevistados

2016 - EDITAL PROEXT 2016 - Sistema Digital de Informações Metropolitano instrumentos para inclusão e difusão do conhecimento para o planejamento metropolitano - Pesquisas de campo, mapa da identidade cultural, Lumes virtuais.

2016-2018 - Revisão dos Planos diretores de 11 municípios - Formação, acompanhamento e consolidação dos Grupos de Acompanhamento, instalação de Espaços plano diretor e da elaboração dos Planos, com envolvimento da sociedade civil e representantes do poder público.

04 a 07/2016 - Mapeamento participativo do parque Barrocão - Atividade dos alunos com os moradores do entorno do parque

03 a 07/2016 - Piloto do Internato Metropolitano - Primeira turma - Professora ministrante Clarice Libânio; Professoras supervisoras: Júnia Ferrari e Jupira Mendonça. Projetos acompanhados: Coopervesp – Vespasiano; Feira Saia da Linha – Vespasiano; Incubadora Criativa – Ribeirão das Neves; Associação Santa Martinha – Ribeirão das Neves; Parque Barrocão – Matozinhos

08 a 12/2016 - Disciplina Lumes – turma 2 – EAD/UFMG - Professora ministrante: Júnia Ferrari. Orientadoras: Florencia Sosa e Laís Grossi. Projetos acompanhados: Projeto Casulo – Ribeirão das Neves; Parque Barrocão – Matozinhos; Vila Vicentina – Raposos

07/07/2016 - Seminário IV WPSC/RJ - Participação do professor Roberto Monte-Mór e da pesquisadora Clarice Libânio no IVº World Planning Schools Congress para a apresentação do projeto LUMES RMBH.

11/11/2016 - I Encontro de Urbanismo Colaborativo – Curitiba - Participação dos Alunos para apresentação dos trabalhos desenvolvidos na disciplina do segundo semestre de 2016.

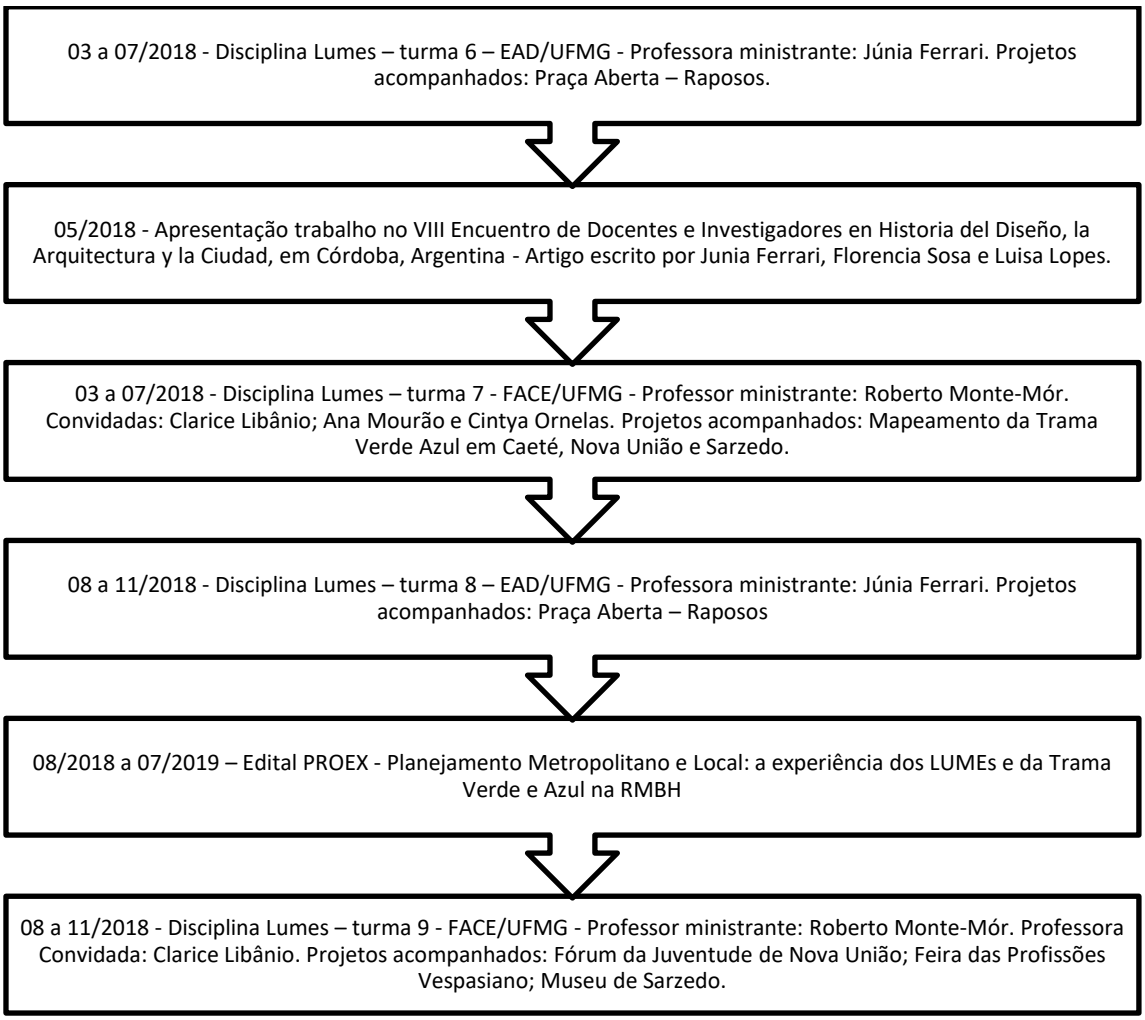
03 a 07/2017 - Disciplina Lumes – turma 3 – EAD/UFMG - Professora ministrante: Júnia Ferrari. Orientadoras: Florencia Sosa, Lisandra Mara e Mariana Vanucci. Projetos acompanhados: Feira Saia da Linha – Vespasiano; Vila Vicentina – Raposos; Guia metropolitano – seis municípios; Elaboração da cartilha dos Planos diretores – 11 municípios; IN FOCO – Esmeraldas; CONVIDA – Sarzedo

19 a 21/10/2017 - II Encontro de Urbanismo Colaborativo em Brasília - Participação dos Alunos para apresentação dos trabalhos desenvolvidos na disciplina, particularmente o Guia Metropolitano.

01/07/2017 - Encontro com parceiros - Foram apresentados os projetos e ações do semestre 01/2017 na praça da EAD/UFMG com feira e roda de conversa.

08 a 12/2017 - Disciplina Lumes – turma 4 – EAD/UFMG -Professora ministrante: Júnia Ferrari. Projeto acompanhado: Praça Aberta – Raposos

08 a 12/2017 - Disciplina Lumes – turma 5 – FACE/UFMG -Professor ministrante: Roberto Monte-Mór; Monitora: Clarice Libânio. Projetos acompanhados: Serra do Elefante – Mateus Leme; Associação das Artesãs – Rio Manso; Atlas Culinário – Juatuba; UNICICLA – Nova União; Escola Estadual – Itatiaiuçu; Horta comunitária – Capim Branco; Revitalização da Feira – Caeté; Feira de Produtores – Nova União.



Fonte: elaboração própria, 2018.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. *Repensando os mecanismos participativos de Belo Horizonte: representação, capacitação e intersetorialidade*. Belo Horizonte: PROEP, relatório interno. 2010.

CEDEPLAR. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI*, volume I. Belo Horizonte, 2011.

Dados ONU urbanização - Disponível em http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. In *Plural de cidade: novos léxicos urbanos.* Coimbra, 2009.

GROSSI, CRUZ E NASSIF. Extensión Universitaria para un proceso continuo de planificación metropolitana. ALEUP, [manuscrito], 2018.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNIO, C.A. *As múltiplas dimensões do acesso à cidade e o papel do capital cultural e das redes*. In Seminário Internacional RII (13. : 2014 : Salvador, BA). Anais do 13º Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores Sobre Globalização e Território em Salvador no ano de 2014. - Salvador: SEI.

LIBÂNIO, C.A. *O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte*. Cadernos Metrópole, v. 18, n. 37, pp. 765-784, set/dez 2016. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Cedeplar, UFMG, 2006 (texto para discussão 281). Disponível em http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/pesquisas/td/TD%20281.pdf acesso em 17/04/2014.

SANTOS SOARES, Matheus; ROCHA, Alessandra; LARES, Ana; LAZZARINI, Júlia. *Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto Lumes na constituição de uma cidadania metropolitana. Belo Horizonte* [manuscrito], 2015.

SOSA, María Florencia. *Território, identidade e política: reflexões sobre os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na RMBH*. Anais do XVII Encontro da ANPUR - Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional? São Paulo: ANPUR. Disponível em http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.1/ST%2010.1-05.pdf, acesso em 20 de junho de 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Artigos produzidos sobre os Lumes e/ou por alunos das disciplinas

BRUZZI BERQUÓ, Paula. *Os LUMES e a construção comum nas Regiões Metropolitanas brasileiras*. In: XII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación 2014, 2014, Lima, Peru. XII Congreso ALAIC 2014, 2014

CIQUEIRA, Clara; FLORES, Thiago; RUBIOLI, Thaís. *Cartilha Planos Diretores* [manuscrito]. UFMG, 2017.

FERRARI DE LIMA, Junia Ma.; SOSA, Maria Florencia; GRECO, Luisa Lopes. *Ensenar a planificar el territorio vivenciando el territorio. La experiencia del taller multidisciplinar - Formación de extensión universitaria: Práticas de cidadania metropolitana*. Artigo apresentado no VIII Encuentro de Docentes e Investigadores en Historia del Diseño, la Arquitectura y la Ciudad Córdoba, de 23 y 24 de mayo de 2018 Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño / Universidad Nacional de Córdoba (Ciudad Universitaria).

FERRARI DE LIMA, Junia Maria (org.) *Revista LUMES 2016-2018* – elaboração coletiva dos alunos da disciplina e dos bolsistas do Programa Extensão [manuscrito]. UFMG, 2018.

FERRARI DE LIMA, Junia Maria; SOSA, María Florencia; OLIVEIRA,Laís Grossi de, FREITAS, Ana Paula de Oliveira. *Quando a prática acadêmica sai ao território: a experiência da Oficina Multidisciplinar: Os LUMEs e a prática do planejamento metropolitano – UFMG*. Anais do XVII Encontro da ANPUR - Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional? São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2011/ST%2011.2/ST%2011.2-03.pdf

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *Lumes – Lugares de Urbanidade Metropolitana: Planejamento compartilhado e enfrentamento da pseudoparticipação na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil*. Revista LIMAQ, Peru, 2018 (no prelo).

LIBÂNIO, Clarice de Assis. *LUMEs – Places of Metropolitan Urbanity: planning, democratization and construction of citizenship in the Metropolitan Region of Belo Horizonte – RMBH*. IV World Planning Schools Congress, Rio de Janeiro, 2016.

LIBÂNIO, Clarice de Assis e MONTE-MÓR, Roberto Luís M. LUMEs – *Places of Metropolitan Urbanity: social processes for shared planning information, institutional democratization and strengthening, and construction of metropolitan citizenship in the Metropolitan Region of Belo Horizonte – RMBH*.

LIMONAD, Ester; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; COSTA, Heloisa S. M. *O Brave New World? Considerações sobre experiências presentes para um futuro próximo.* In: XV Coloquio Internacional de Geocrítica LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA EDIFICACIÓN DE UNA SOCIEDAD POST-CAPITALISTA, Barcelona. Anais....Barcelona: Universidade de Barcelona, 2018. v.1. p.1 - 20

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo; COSTA, Geraldo Magela.; COSTA, Heloisa. S. M.; MELO, Marcos G. P. *The university and metropolitan planning: an innovative experience*. NOVA ECONOMIA (UFMG. IMPRESSO), v.26, p.1133 - 1156, 2016. Mesa Redonda Especial Universidade e Planejamento Urbano/Metropolitano, nos Seminários da Economia Mineira em Diamantina, 2016.

SANTOS, Jaqueline Freitas. *Ribeirão das Neves e suas manifestações culturais: um olhar a partir do mapeamento cultural do Bairro Santa Martinha*. Belo Horizonte, 2015 [manuscrito].

SANTOS SOARES, Matheus; ROCHA, Alessandra; LARES, Ana; LAZZARINI, Júlia. *Mapeamento da identidade cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte e a contribuição do projeto Lumes na constituição de uma cidadania metropolitana*. Belo Horizonte, 2015 [manuscrito].

SOSA, María Florencia. *Território, identidade e política: reflexões sobre os Lugares de Urbanidade Metropolitana no contexto do planejamento urbano na RMBH*. Anais do XVII Encontro da ANPUR - Desenvolvimento, crise e resistência: Quais os caminhos do Planejamento Urbano e Regional? São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.1/ST%2010.1-05.pdf, acesso em 20 de junho.